

António Miguel Trigueiros

**CÓDICES
PORTUGUESES
QUINHENTISTAS
ILUMINADOS
COM
MOEDAS**

Lisboa • 2009





António Miguel Trigueiros

CÓDICES
PORTUGUESES
QUINHENTISTAS
ILUMINADOS
COM
MOEDAS

Lisboa - 2009

Capa – A «Adoração dos Magos» no Livro de Horas de D. João III (fólio 87v.)

A construção do cenário é renascentista e maneirista, com ruínas românicas, pórticos e colunas que nada têm a ver com a realidade do pequeno estábulo de Belém onde, segundo a tradição, teria nascido o menino Jesus. A intenção é criar profundidade de campo, que se acentua com a dimensão das personagens de pé, observando a cena dos três magos com suas oferendas, tendo ao fundo uma caravana de camelos e de elefantes, muito esbatida.

É precisamente para estas personagens laterais de primeiro plano que o olhar do observador é atraído e se fixa, mais do que nas imagens ajoelhadas, ou do que na própria Virgem, de azul vestida.

À esquerda, um militar árabe ricamente ajaezado, com colar de grandes pedras e grande cimitarra, com o punho e a bainha ricamente ornamentadas. À direita, um militar negro islamizado, quase sem roupa, mas com ricas argolas nas pernas e braços, colar e brincos de ouro, portando um grande escudo, turbante branco na cabeça e sapatos pontiagudos.

Entre os dois, deixando o espaço aberto para a cena central, um rafeiro passeia-se olhando com curiosidade para tão estranhas personagens.

Encontra-se refletido nesta cena do presépio de Belém todo o ambiente dos descobrimentos africanos dos portugueses, numa perspectiva renascentista.

Verso da capa – Portugueses de ouro (1.º tipo), na tarja da «Adoração dos Magos», do Livro das Horas de D. João III, com o seu nome em grande evidência (ampliação).

Verso da contracapa – Portugueses de ouro (2.º tipo), na tarja da «Epifania» do Livro dos Ofícios Pontifícios, evidenciando ao centro uma gravura desconhecida dessas grandes moedas, datável de 1525 (ampliação).

Contracapa – A «Abundância», na vinheta do capítulo «Como a cidade de Lisboa deu um serviço ao Mestre para ajuda de fazer moeda», do manuscrito quinhentista iluminado Crónica de D. João I de Fernão Lopes, da Biblioteca Nacional de Madrid.

Exemplar N.º

Separata de MOEDA

Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística

Vol. XXXIV, N.ºs 3 e 4 (Julho / Dezembro 2009)

Publinummus, Lisboa

Tiragem de 100 ex. numerados e rubricados pelo Autor

© Todos os direitos de reprodução reservados pelo Autor

Depósito Legal - 302 787/09

Introdução

São poucos os códices quinhentistas portugueses iluminados onde figuram ilustrações de moedas. Dos três que se conhecem, o mais antigo e, também, o mais conhecido, é o breviário solene de D. João III que se guarda no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa e que desde 1932 vem sendo impropriamente designado como *Livro de Horas de D. Manuel*¹. O segundo é a primeira parte da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, pertencente à Biblioteca Nacional de Madrid. O terceiro e sem dúvida o mais majestoso, pela dimensão dos fólhos, é o *Livro dos Ofícios Pontifícios da Inquisição*, que se encontra hoje conservado na casa forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

Além de serem poucos, entre as dezenas de magníficos trabalhos de iluminura produzidos na primeira metade do século XVI, em oficinas portuguesas ou por encomenda nas oficinas ganto-brugenses da Flandres, os fólhos destes códices com tarjas ilustrando moedas apresentam ainda a característica comum de terem sido executados em pleno reinado de D. João III e num período relativamente curto, como veremos de seguida, entre 1525 para o primeiro e 1540 para o terceiro.

O facto de o reinado de D. João III ter sido fértil em desvalorizações monetárias e na cunhagem de muitos e diferenciados tipos numismáticos, cuja cronologia é hoje bem conhecida, permite, desde logo, que se tente uma análise comparativa das moedas representadas nesses três códices, tendo em vista, não só uma datação o mais aproximada possível dos fólhos iluminados, mas também, uma reflexão sobre as razões que terão levado os mestres iluminadores a escolher esta ou aquela moeda e não outras entre as muitas que se encontravam em circulação nessa época, e do próprio modo, ocasional ou intencional, como foram desenhadas e pintadas, com seus erros e omissões.

1 «Os Livros de Horas são livros de orações para leigos e, ainda que tenham herdado de outros livros de orações destinados a religiosos alguns dos seus elementos, dizem respeito à religiosidade particular e nunca se encontravam sujeitos à sequência canonicamente definida da liturgia eclesiástica, mas sim às necessidades de tempo e meditação da vida secular. A designação Livro de Horas deriva do facto de as orações que os constituíam terem originalmente horas marcadas ao longo do dia», esclarece Fernando Baptista Pereira na introdução ao *Livro de Horas de D. Fernando* (Porto, Agenda BPA 1984).

1. Códices iluminados com moedas

São apenas três os iluminados portugueses ilustrados com moedas.

1. 1 - *Livro de Horas de D. João III (Horae Beatae Mariae Virginis)*

(anterior «Livro de Horas dito de D. Manuel»).

Museu Nacional de Arte Antiga (inventário n.º 14).

Atribuído à oficina de António de Hollanda (iniciado em 1517, concluído antes de 1534), nele tendo colaborado, entre outros, o seu filho Francisco de Hollanda.

Manuscrito em pergaminho encadernado de veludo carmezim, lavrado a toda a volta das duas capas, sem incrustações e sem fecho (encadernação tardia do século XVIII).

Dimensão dos fólhos: 105x140 mm.

Pertenceu à Biblioteca da Casa Real, esteve na Biblioteca do Paço do Rio de Janeiro e regressou a Lisboa com a família real em 1821. Passou depois à posse do padre Joaquim Dâmaso (1777-1833), bibliotecário da Corte e deste para a livraria de D. Francisco de Mello Manoel da Câmara, que seria adquirida pelo Estado em 1852, tendo dado entrada na Biblioteca Nacional. No entanto, estas *Horas* continuaram na posse do seu herdeiro D. João de Mello Manoel da Câmara (1800-1883), 1.º conde de Silveira em 1852, tendo sido por este oferecida a “Suas Magestades” em data desconhecida. Em 1915 deu entrada no Museu Nacional de Arte Antiga, vindo do Palácio das Necessidades.

Iluminura com tarja de moedas: fólio 87v, «Adoração dos Magos»

Trata-se do mais antigo documento conhecido ilustrando moedas portuguesas, cuja primeira referência descritiva foi publicada no conhecido tratado de numismática de Manuel Bernardo Lopes Fernandes, *Memória das Moedas Correntes em Portugal desde o tempo dos Romanos até ao ano de 1856* (Lisboa, Academia das Ciências, 1856, I, p. 47).

Dessa tarja foi mandado fazer uma cópia em 1852, pelo bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional, José Barbosa de Figueiredo Castelo-Branco, conforme notícia deixada por outro director da BN, Xavier da Cunha, em dois pormenorizados e valiosos artigos publicados em 1907 e 1908 no *Boletim das Bibliotecas e Archivos Nacionais* (Lisboa, vol. VI, p. 223; vol. VII, p. 47); --mais tarde seria reproduzida a cores na obra de José Leite de Vasconcelos *Da Numismática em Portugal* (Lisboa, Arquivo da Universidade, 1923, IX, p. 65).

Teixeira de Aragão não viu o fólio iluminado original, mas dedicou algumas linhas na sua *Descrição Geral e Histórica das Moedas ...* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, I, p. 168) às moedas ilustradas na estampa-cópia

da tarja, existente no extinto gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional de Portugal.

Quem viu e estudou esse precioso códice quinhentista foi o escritor Ramalho Ortigão, quando desempenhava as funções de bibliotecário da Real Biblioteca da Ajuda, por ocasião da Exposição de Arte Sacra Ornamental promovida pela Comissão do Centenário de Santo António em Lisboa, em 1895, de que se publicou um *Catálogo da Sala de Sua Magestade El-Rei* da sua autoria, onde as *Horas* estiveram expostas.

Data desse ano de 1895 o início de um erro crónico sobre a datação do fólio iluminado com moedas – depois de 1538, segundo Ramalho Ortigão, ano em que teriam sido mandados cunhar os primeiros portugueses de ouro de D. João III, quando, pelo contrário, esse foi o ano em que essa cunhagem foi oficialmente suspensa. Depois foi a vez do director do Museu Nacional de Arte Antiga, José de Figueiredo, publicar em 1932 um catálogo de obras de arte desse museu, onde aborda estas *Horas* e propaga o erro de Ramalho Ortigão.

Mais perto de nós, este códice voltou a estar exposto em Lisboa em 1983, durante a 17.^a Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, dedicada a «Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do renascimento» (*Núcleo da Casa dos Bicos*, catálogo n.º 43, p. 103), cujo comissariado patrocinou a publicação do importante estudo crítico de Dagoberto Markl, introdutório ao *Livro de Horas de D. Manuel* (Lisboa, INCM, 1983). Segundo este especialista e outros autores anteriores influenciados pelo erro cometido por Ramalho Ortigão, o termino da factura deste códice situar-se-ia em meados de 1540-1550, quando na realidade é bastante anterior.

Quanto ao fólio iluminado com moedas, foi reproduzido em 1981 como estampa extra-texto na formidável obra de Vitorino Magalhães Godinho ², para mais tarde ser objecto de dois estudos publicados pelo Autor na revista *Oceanos* ³ – que foram agora adaptados e aperfeiçoados, eliminando as inúmeras gralhas de composição e de paginação que os povoaram.

No primeiro artigo, «*As Moedas Também Falam*», dedicado ao *Livro de Horas dito de D. Manuel*, divulgam-se os artigos de Xavier da Cunha, o fac-símile de 1852 e corrigiu-se o erro numismático de Ramalho Ortigão, atribuindo-se ao fólio da «Adoração dos Magos» a data de execução de 1524-1526, hoje aceite pelos historiadores. Em conclusão, propôs-se que esse precioso códice quinhentista passasse a ser conhecido pelo nome de *Livro de Horas de D. João III*.

No segundo artigo, «*Moedas Iluminadas*», procedeu-se a uma identifica-

2 Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.^a ed., Lisboa, Presença, 1981, vol. I, pp. 176-177.

3 Lisboa, *Oceanos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: «*As Moedas Também Falam*», Junho 1992, n.º 11, pp. 58-67; e «*Moedas Iluminadas*», Abril/Junho 1996, n.º 26, pp. 91-102.



Insígnia da Ordem da Jarreteira



ção exaustiva das moedas ilustradas nesse fólio e nos outros fólhos dos dois códices quinhentistas acima mencionados, o que permitiu a sua datação.

No seguimento desses estudos, Vasco Graça Moura publicou em 1999 uma separata independente da revista *Arte Ibérica*, intitulada «Damião de Gois e o Livro de Horas dito de D. Manuel» (Lisboa, Maio 1999, ano 3, n.º 24), onde faz referência às conclusões do Autor ⁴ e analisa em pormenor os dois fólhos com cerimónias fúnebres, para defender a tese de que estas *Horas* talvez tivessem sido encomendadas por Damião de Gois, ou tivessem sido mesmo de sua posse pessoal, e que ainda estariam a ser iluminadas depois de 1545.

1.2 – Crónica de D. João I de Fernão Lopes (Primeira parte)

Biblioteca Nacional de Madrid.

Atribuído à oficina de António de Hollanda, iniciado cerca de 1530.

Fac-símile editado em 1996 por Ediclube. ⁵

Dimensão dos fólhos: 535x380 mm.

Na folha de rosto ostenta, na parte superior, as armas de D. João I, ladeadas pela sua divisa «*Por Bem*»; na parte inferior, as armas do infante D. Fernando, filho de D. Manuel I, ladeadas pela sua divisa «*Salus Vitae*»; e, nas

4 Graça Moura, op. cit., p. 9: -- «*As conclusões do autor de As Farpas quanto à data de feitura do fólio 87v ficaram pois definitivamente abaladas. Trigueiros fez também o cotejo desta iluminura com a do fólio 18v do Livro dos Offícios Pontifícios, que tinha sido revelado por Martim de Albuquerque em 1990 e cujo parentesco com o nosso fólio 87v do Livro de Horas é inegável. E aquele especialista de Numismática chegou a uma conclusão muito interessante: todas as moedas de D. João III (ou seja, as mais recentes) representadas no Livro de Horas foram cunhadas até 1525 e todas as moedas do mesmo rei representadas no Livro dos Offícios Pontifícios foram cunhadas até 1538. Daí que ele tenha datado a feitura do fólio 87v de cerca de 1524/1526 e a do fólio do Livro dos Offícios de cerca de 1540*».

5 *Crónica de D. João I de Fernão Lopes: Primeira parte: Códice iluminado da Biblioteca Nacional de Madrid (Mss. Vitr. 25-8)* / fac-símile / apresentação de José Manuel Garcia; estudos introdutórios de Maria Ângela Beirante e Pedro Dias; leitura paleográfica de João José Alves Dias. Madrid, SAEPA – Alfragide, Ediclube, 1996.

E ainda Pedro Dias: «*A Crónica Iluminada de D. João I da Biblioteca Nacional de Madrid*», em *Oceanos*, Abril/Junho 1996, n.º 26, pp. 10-22.

margens laterais da cercadura, dois distintivos da Ordem da Jarreteira (ver fotos ao lado).

A representação da insígnia desta ordem de cavalaria (*The Order of the Garter*), instituída em 1348 por Eduardo III da Inglaterra (1312-1377) e que também se encontra representada nas esculturas laterais dos túmulos dos infantes da Ínclita Geração, dá bem a medida da sua importância honorífica para a época, certamente tão grande como ainda hoje conserva.

Este códice revela, assim, um facto que não era do conhecimento dos nossos historiadores e que a ciência da emblemática revelou, de que D. João I foi investido na Ordem da Jarreteira cerca de 1386-1388, provavelmente em 1387, ano do seu matrimónio com Filipa de Gant, filha do príncipe John de Gant, duque de Lencastre e neta de Eduardo III, na sequência da assinatura em Windsor do Tratado Luso-Inglês de 1386, que trouxe à Península um exército comandado pelo próprio duque.

Mandada copiar e iluminar cerca de 1530 pelo infante D. Fernando (1505-1534), sexto filho de D. Manuel I e de D. Maria, terá sido levada para Madrid por Filipe II (I de Portugal) em 1583 e oferecida a um dos seus filhos.

Iluminura com moedas: fólio 33, «*Como a cidade de Lisboa deu um serviço ao Mestre para ajuda de fazer moeda*» (cap. 48).

Foi estudado por Reynaldo dos Santos e Damião Peres em 1964, no artigo «As Iluminuras da Crónica de D. João I de Fernão Lopes em Madrid» (Lisboa, *Colóquio, Revista de Artes e Letras*, Junho de 1964, n.º 29); e pelo Autor no mencionado segundo artigo da revista *Oceanos*.

1.3 – Livro dos Ofícios Pontifícios (*Officiale Pontificalium*)

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, códice Cadaval 16 (Casa Forte).

Atribuído a António de Holanda (data provável de execução: 1539-1541).

Manuscrito em pergaminho com encadernação em pele tardia.

Dimensão dos fólhos: 337x242 mm.

Frontispício iluminado tendo ao centro as armas do Inquisidor-mor D. Henrique, ladeado por emblemas do Santo Ofício da Inquisição.

Foi encomendado pelo Inquisidor-mor D. Henrique (nomeado em 1539, cardeal em 1546 e rei de Portugal em 1578) e veio depois a pertencer à casa dos duques de Cadaval, tendo dado entrada nos ANTT na década de 1970. Só foi conhecido do público em 1990, quando Martim de Albuquerque deu à estampa dois dos seus riquíssimos fólhos iluminados, incluindo o das moedas, no livro *A Torre do Tombo e os seus Tesouros* (Lisboa, edições INAPA, 1990, pp. 289-90). Desde então tem sido atribuído, pelo menos em termos de estilo, à oficina de António de Hollanda ⁶.

⁶ Pedro Dias, ob. cit., p. 22

Iluminura com tarja de moedas: fólio 18v, «*Epifania*».

Foi reproduzido em grande dimensão no livro de Gomes e Trigueiros, *Moedas Portugueses na Época dos Descobrimentos 1385-1580* (ed. Alberto Gomes, Lisboa, 1992), tendo sido estudado pelo Autor no segundo artigo publicado na revista *Oceanos* acima referido, o que permitiu datar a sua feitura entre 1539 e 1541 (termo médio, 1540).

2. Identificação e descrição das moedas iluminadas

Para o estudo numismático das moedas ilustradas nestes três fólhos iluminados, utilizei as transparências originais tiradas para a edição INCM do *Livro de Horas de D. Manuel* (fotos de Manuel Silveira Ramos, 1983: *Ektacrome 6118*) e para os *Tesouros* da Torre do Tombo (fotos Emanuel Santos de Almeida, 1990). O fólio 33 da *Crónica de D. João I* foi reproduzido de uma folha do fac-símile editado em 1996.

Com muito respeito e admiração pelos pincéis dos artistas quinhentistas e pela sua técnica miniatural de ilustração, particularmente patente nos pequenos fólhos das *Horas de D. João III*, utilizei a tecnologia digital actualmente disponível para ampliar estes três iluminados e deles extrair os seus segredos: cada grupo de moedas destes fólhos foi inicialmente ampliado 3x; mais tarde, as moedas de difícil leitura das *Horas* e da *Crónica* foram ampliadas 10x, o que permitiu desfazer quaisquer dúvidas.

A descrição das moedas iluminadas nestes três fólhos e a sua posição relativa na tarja segue uma numeração sequencial no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, iniciando-se no canto superior esquerdo da tarja: --em cada grupo de moedas, a numeração segue a ordem de cima para baixo e da esquerda para a direita. Para melhor acompanhamento dessa descrição numismática, reproduzem-se também as fotografias de moedas reais do mesmo tipo e período (estampas a cor nas páginas 24 a 27).

2.1 – Crónica de D. João I: “*Do fabrico da moeda*” (fólio 33)

A par da vinheta representativa da cornucópia da Abundância, despejando moedas do ombro de um homem ajoelhado, o espaço entre as duas colunas do texto é ilustrado com 22 moedas dos reinados de D. Manuel I, de D. João II e os famosos portugueses de ouro de D. João III, numa alusão muito oportuna ao famoso episódio narrado por Fernão Lopes, de como os habitantes de Lisboa, de todas as condições e credos religiosos, se uniram para prover a casa da moeda do Mestre com prata bastante para o fabrico de moeda e assim poder pagar os encargos com a defesa do reino.

I. Grupo de moedas de prata (n.º 1 a 8)

1 / 2 – (...) NVEL R P (...), entre cercaduras lisas. Ao centro, a inicial M coroada, ladeada de arruelas e tendo por baixo a letra L.

Vinténs de D. Manuel I: 20 reis, prata, 20 mm, peso 1,9 g. Amoedações posteriores a 1495.

3 / 4 – (rebordos ilegíveis)

5 / 8 – (anverso) + I : EMANVEL (...), entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, o escudo real coroado, ladeado à direita pela letra L.

(reverso) IN * HOC * SIGNO * VINCES * (NN invertidos), entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, a cruz de Cristo, cantonada de estrelas e encimada por três pontos.

Tostões de D. Manuel I: 100 reis, prata 28 mm, peso 9,8 g. Amoedações posteriores a 1504.

II. Grupo de moedas de ouro (n.º 9 a 13)

9 / 10 – (reverso) IN :: HOC :: S (...) NCEES : (II traçados e NN invertidos), entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, em campo liso, a cruz de Cristo, encimada por três pontos.

Portugueses de ouro de D. Manuel I ou de D. João III: 4.000 reis, ouro 35 mm, peso 35,5 g. Amoedações posteriores a 1500.

11 – (reborde) (...) 3 : R : POR (...), com cercadura granulada.

12 – (reborde ilegível)

13 – (reborde) (...) + IO (...), cercadura granulada.

Portugueses de ouro de D. João III do 1.º tipo: 4.000 reis, ouro 35 mm, peso 35,5 g. Amoedações de 1521 a 1525.

As moedas cunhadas no final do reinado de D. Manuel apresentam uma característica tipológica há muito notada, quer na série dos tostões de prata, quer na série dos portugueses de ouro: as letras “II” das legendas do reverso são traçadas, uma particularidade que também se nota nas primeiras amoedações de D. João III, o que nos leva a atribuir todas as moedas ilustradas neste grupo a este último reinado.⁷

III. Pequenas moedas de prata (n.º 14 a 16)

14 / 16 – (...) Ao centro, as quinas soltas.

Cinquinhos, provavelmente de D. Manuel I: 5 reis, prata 14 mm, peso 0,5 g.

IV. Grupo de moedas de ouro e de prata (n.º 17 a 22)

17 – (anverso) + IOHANES : II : R : P : ET : A : D : GVINE, entre cercaduras lisas. Ao centro, o escudo real coroado, com as armas reformadas sem a cruz de Avis, dentro de epíclíode hexalobado, cantonado de aneletes.

18 – (...) NES : II : R : P : E (...)

19 – (...) NEES + IO (...)

20 – (...) OHANES : II (...)

21 – (...) ET : A : D : (...)

Cruzados de D. João II: 400 reis, ouro 22/23 mm, peso 3,5 g. Amoedações posteriores a 1489, quando as legendas das moedas passam a ostentar o título de «Senhor da Guiné».

22 – (...) DOMI (...). *Vintém* de D. João II, das amoedações posteriores a 1489.

⁷ Veja-se o belo exemplar de português de D. João III do 1.º tipo, ilustrado no *Preçário das Moedas Portuguesas de 1140 a 1960*, de Batalha Reis (Porto, 2.ª ed. de 1964, est. 38, n.º 1), do tipo de Gomes 103.01.

2.2 – Livro de Horas de D. João III: “Adoração dos Magos” (fólio 87v)

No total são 49 as moedas iluminadas na tarja deste fólio, das quais 12 só são visíveis por pequenos sectores do rebordo sem legendas e 19 por sectores com legendas parciais, de difícil leitura. Das restantes 18 moedas, 6 apresentam as cores trocadas em relação às moedas originais e, destas, uma única levanta problemas de identificação (ex. n.º 32, com o nome de «Dinis R. Port»).

No estudo comparativo das dimensões relativas das moedas iluminadas com as moedas originais conhecidas, utilizou-se uma lupa-micrómetro «Bauch & Lomb - 7x», com escala de 20 mm graduada em 0,1 mm e, nos exemplares maiores, um decímetro graduado em 0,5 mm. Como moeda de referência tomou-se o *Português de ouro* de 35 mm de módulo e determinou-se o factor de conversão de 1,52 a aplicar ao diâmetro das iluminuras, para as ampliar e comparar com o diâmetro real.

Os resultados ultrapassaram as expectativas. Com duas raras excepções, as moedas ilustradas neste fólio foram miniaturizadas pelo artista numa escala perfeitamente concordante com a sua dimensão real. Como exemplo, a iluminura do *excelente de la granada* (n.º 1) patente no canto superior esquerdo da tarja, mede 15 mm, ou seja, ampliado a 1,52 vezes mede 22,8 mm, para um módulo de 23 mm na média das moedas catalogadas.

As excepções são os *cruzados de ouro* de D. Afonso V patentes na tarja lateral esquerda (n.ºs 11 e 13), cuja dimensão ampliada dá 25/26 mm, contra 23 mm na moeda real; e o *ceitil dourado* ilustrado no canto superior direito (n.º 48), que ampliado pelo factor de conversão mede 17 mm, contra 20 mm nos exemplares mais bem conservados conhecidos.

Esta tarja foi descrita no estudo de Dagoberto Markl (ob. cit., pp.114-126), que cita Magalhães Godinho, Batalha Reis e Teixeira de Aragão para a identificação das moedas, indicando diversas anomalias entre os desenhos do fólio e as espécies catalogadas. As fontes que utilizamos neste estudo são as indicadas na Bibliografia.

Canto superior esquerdo da tarja

I. Primeiro grupo de moedas espanholas (n.º 1 a 3)

1 – (reverso) + SVB : VBRA PVLV^m : TVARV^m . PO, entre cercaduras pontuadas. Ao centro, o escudo esquartelado de 1º - 4º Castela e Leão; 2º - 3º Aragão e Duas Sicílias, tendo na ponta a Granada, ladeado por cinco pontos em cruz e pela letra S (casa da moeda de Sevilha).

Excelente de la granada: ouro, 23 mm, peso 3,5 g. Amoedações criadas pela Pragmática de 13 de Junho de 1497, de Medina del Campo.

A moeda iluminada devia ter a coroa real em chefe no escudo, interrom-

pendo a legenda na orla superior; e devia ter, como legenda orlando o escudo, «*Quos Deus Conjugit Homo non Separat*» (Aqueles que Deus uniu o homem não separe). A ausência da coroa, um elemento heráldico muito visível e sempre presente nas amoedações de ouro, e a alteração da legenda para a legendagem típica dos *duplos excelentes* (ver o n.º 5), não encontra outra explicação senão que se tratou de uma omissão deliberada do copista-iluminador.

2 – (...) ERnAnDVS : R (...)

3 – (...) EOD : DOV (...), orlando um campo com um busto à direita.

Principat (ducados) de ouro de Fernando II de Aragão, posteriores a 1504, provavelmente da série barcelonesa (ver o n.º 43): ouro, 22 mm, peso 3,5 g.

Lateral esquerda da tarja

II. Segundo grupo de moedas espanholas (n.º 4-5)

4 – (anverso) + : FERnAnDVS : ET : hERISABET : DEI, entre cercaduras pontuadas. Ao centro, os bustos coroados afrontados dos reis Católicos, tendo ao alto cinco pontos em cruz e, em baixo, a letra S (casa da moeda de Sevilha).

5 – (reverso) (...) : SVB : VnB : AL (...)

Duplo excelente de la granada: ouro, 28-29 mm, peso 7 g. Amoedações criadas pela Pragmática de 13 de Junho de 1497, de Medina del Campo.

A representação deste ouro espanhol, com peso equivalente a dois cruzados, revela não só a sua abundante circulação em Portugal ⁸, como dá conta da intenção deliberada do iluminador em representar os bustos dos Reis Católicos em lugar de destaque.

Por baixo desta face figura um rebordo com uma legenda correspondente ao reverso da moeda, que seria «*Sub Umbra Alarum Tuarum Protege (Nos)*» (Na sombra das Tuas asas protege-nos), circundando o escudo real coroadado, suportado por uma águia nimbada (como se vê na moeda reproduzida na tarja direita do códice Cadaval, n.º 40). A variante do nome da rainha, «*Herisabet*», encontra-se em várias moedas catalogadas.

III. Moedas portuguesas de prata (n.º 6 a 10)

6 – (reverso) + EMANUEL . R . P : A . D. GUINE, entre cercaduras lisas. Ao centro, a cruz da Ordem de Avis, solta no campo.

7 – (anverso) EMANUEL (...), entre cercaduras lisas. Ao centro, as quinas soltas dispostas em cruz.

8 – (...) EMANUEL (...). Pontas da cruz de Avis.

9 / 10 – Rebordos.

Meios vinténs de D. Manuel I: 10 réis, prata, 15-16 mm, peso 0,96 g. Amoedações posteriores a 1495, segundo o tipo introduzido por D. João II em 1489 (nas moedas originais as letras “NN” aparecem invertidas).

⁸ Foi por essa lei de 1497 que se uniformizou a circulação dos reinos de Castela e de Aragão, abandonando-se definitivamente o antigo padrão-ouro da *dobra* muçulmana e criando-se uma unidade de conta equivalente ao *ducado* europeu e ao *cruzado* português, cujo valor nominal foi fixado em 375 maravedis (moeda de conta).

IV. Moedas portuguesas de ouro (n.º 11 a 14)

11 – (reverso) + ADIVTORIVm : NOSTVm : IN NO..., entre cercaduras lisas (NN invertidos). Ao centro, uma cruz grega lisa dentro de epíclóide duplo tetralobado de recorte gótico, cantonado de aneletes.

12 – (anverso) (...) CRVZATVS (...).

13 – (anverso) (...) VZATVS : ALFONSVS : Q (...), entre cercaduras lisas (NN invertidos, Z como 3). Ao centro, o escudo real (coroadado), com o escudo das quinas carregado com cruz da Ordem de Avis, sobreposto num epíclóide duplo pentalobado, cantonado de aneletes.

14 – (reverso) (...) IN : NOmIN (...) entre cercaduras lisas (NN invertidos).

Cruzados de ouro de D. Afonso V: 400 réis, ouro, 23 mm, peso 3,55 g. Amoedações desde 1457.

Tratam-se de cópias miniaturais quase perfeitas (excepto na sua dimensão relativa) do famoso *cruzado* ou *afonso de ouro*, cunhado em 1457 em resposta ao apelo à cruzada lançado pelo Papa Calixto III. É a primeira moeda portuguesa a ter gravado nas legendas o nome por que ficou a ser conhecida e a ordem numérica do soberano: *Cruzatus Alfonsus Quinti Regis* (Cruzado de Rei Afonso Quinto).

De notar que o iluminador tentou copiar os caracteres góticos das moedas originais, como se pode ver nas letras “M” e “Z”, trocando outras por caracteres latinos; e que, na moeda n.º 13, os escudetes laterais do escudo das quinas parecem estar direitos, uma inovação que só teve lugar desde 1485, no reinado de D. João II. No entanto, há que ter em conta que são conhecidos *cruzados* do rei Africano ostentando uma clara indefinição da posição dos escudetes laterais, por dificuldade de gravação no cunho (ver Gomes e Trigueiros, 1992, p. 59), e que a pequenez da iluminura torna pouco perceptível e irrelevante este pormenor.

Canto inferior esquerdo da tarja

V. Moedas portuguesas de prata e “ouro” (n.º 15 a 17)

15 – (anverso) + IOHANES : : R : P. ET. AVGVIN, entre cercaduras lisas (N direito). Ao centro, o monograma real Y coroadado, ladeado por um anelete à esq. e pela letra L à dir. (casa da moeda de Lisboa).

16 – (dourada) (...) R...: PORT: GVANE (...), como acima (N invertido), o monograma real ladeado à esq. pela letra L e à dir. por um anelete.

17 – (...) IOHANES (...), mal definido.

Vinténs de D. João II: 20 reis, prata, 19 mm, peso 1,98 g. Amoedações posteriores à reforma monetária de 1489.

A legenda IOHANES : 3 : R : P : ET: A: D : G : está associada às primeiras cunhagens de D. João III e o tipo numismático ilustrado na moeda n.º 15 também aparece com frequência nos *vinténs* deste monarca, anteriores à reforma de 1525.

O exemplar dourado parece tê-lo sido intencionalmente, para criar um ponto de luz adicional e quebrar o monocromatismo deste grupo e do grupo adjacente (onde aparece outro exemplar de prata dourado), dando assim

maior riqueza à tarja.

VI. Moedas portuguesas de prata e ouro (n.º 18 a 22)

18 – (reverso) * IN * HOC * SIGNO * VINCES, entre cercaduras granulada e lisa (NN direitos). Ao centro, a cruz de Cristo cantonada de estrelas e acostada à direita por três pontos.

Tostão de D. Manuel I: 100 réis, prata, 28-29 mm, peso 9,8 g. Amoedações posteriores a 1504.

As legendas reproduzem os NN direitos, quando normalmente aparecem invertidos nos exemplares reais; e os pontos acostados à direita deviam estar encimando a cruz e marcando o início da legenda invocativa.

19 – (anverso - dourada) + IOHANES : P : R. (...) NE, entre cercaduras lisas (N direito). Ao centro, as quinas dispostas em cruz e cantonadas de aneletos.

Meio tostão de D. João III: 50 réis, prata, 24 mm, peso 4,5 g. Amoedações desde 1521, suspensas em 1525.

Esta ilustração não evidencia o numeral do monarca, como normalmente aparece nos exemplares conhecidos e tem as quinas cantonadas por aneletos, uma variante de cunho desconhecida, se correspondesse a um exemplar real, o que é duvidoso (ver a moeda n.º 29 abaixo). O *meio tostão* foi criado no reinado de D. Manuel I e deixou de ser fabricado cerca de 1525, quando se deu a mudança das gravuras das moedas de D. João III (ver o ponto 3 adiante).

20 – (anverso) (...) EMANVEL : R · P · E (...) entre cercaduras lisas. Ao centro, o escudo real (coroadado), ladeado à dir. pela letra L (casa da moeda de Lisboa).

Tostão de D. Manuel I, como acima.

21 – (...) IONES (...), rebordo de um *meio tostão* de prata de D. João III.

22 – (...) CRVZATV (...), idem, *cruzado* de ouro de D. Afonso V (Z como 3).

Centro inferior da tarja

VII. Grandes moedas portuguesas de ouro (n.º 22 a 28)

23 – Rebordo

24 – (...) PORTVGAL (...)

25 – (reverso) : IN : : HOC : : SIGNO : VINCES, entre cercaduras granulada e lisa (II traçados; NN invertidos). Ao centro, a cruz da Ordem de Cristo em campo liso, encimada por três pontos.

26 – (anverso) (...) + IOHANES : 3 : R : PO (...), na primeira coroa circular, entre cercaduras granuladas // C · N · C · ETHIO (...), na coroa interior (NN direitos). Ao centro, o escudo real coroadado.

27 – (...) VINCES : : I (...), como acima (I traçado; N direito).

28 – (...) HOC : : SIG (...), como acima.

Portugueses de ouro de D. Manuel I e/ou de D. João III do 1.º tipo: 4000 réis, ouro, 35 mm, 35,5 g. Amoedações desde 1500 até 1525.

Este grupo mostra-nos, com rigorosa perfeição em todos os pormenores das gravuras, os famosos *portugueses de ouro* de 10 cruzados cada, cujo lavramento teve início desde 1499-1500, logo após o regresso de Vasco da

Gama da Índia.

A sua tipologia numismática nada tem de renascentista, como seria de esperar de um soberano do seu tempo, antes revela com clareza o fim primeiro para que foi criada e cunhada: -- apregoar por todo o mundo a grandeza do soberano português e o seu poderio comercial, através dos novos títulos acrescentados à coroa desde o regresso de Vasco da Gama, ostensivamente colocados numa extensa legenda que preenche duas coroas circulares concêntricas, envolvendo o escudo; -- e dar conhecimento da cruz da Ordem de Cristo, como símbolo e emblema da empresa dos descobrimentos dos portugueses.

Esta tipologia seria mantida no reinado de D. João III, inicialmente com a mesma qualidade de gravura dos últimos exemplares do reinado anterior (as letras II traçadas). A perda dessa qualidade, em moeda de tamanho prestígio e aceitação internacional, motivou o descontentamento do soberano e a reforma das suas gravuras em 1525. Daí nasceu um segundo tipo numismático, de gravuras mais ornamentadas e floreadas, que perdurou até 1538 e cuja representação, igualmente fiel e perfeita, figura em lugar de destaque na tarja do códice Cadaval (n.ºs 27 a 33).

Foram estas iluminuras que provocaram em Ramalho Ortigão uma interpretação errada da lei de Novembro de 1538, que proíbe a cunhagem dos *portugueses*⁹. Deste erro, que perdurou até 1992, resultou uma incorrecta datação da feitura deste fólio iluminado e, por arrastamento, uma ainda mais incorrecta atribuição do seu eventual encomendador, destinatário ou possuidor.

Ao fixar-se a data da iluminação deste fólio entre 1524 e 1526 (termo médio, 1525), foi então possível confirmar as suspeitas já anteriormente levantadas por Dagoberto Markl, de que este *Livro de Horas* era o breviário solene de D. João III (ver o capítulo 4 adiante).

Canto inferior direito da tarja

VIII. Moedas portuguesas de prata e de ouro (n.º 29 a 36)

29 – (reverso) + IOHANES : R · P · ET A · V : : GVINE : : , entre cercaduras lisas (NN direitos). Ao centro, uma cruz grega solta no campo.

Meio tostão de D. João III: 50 réis, prata, 24 mm, peso 4,5 g. Amoedações desde 1521 até 1525 (ver o n.º 19 acima).

9 Ramalho Ortigão, *Exposição de Arte Sacra Ornamental promovida pela Comissão do centenário de Santo António em Lisboa no ano de 1895 / Catálogo da Sala de Sua Magestade El-Rei*: -- «(...) Foram os primeiros portugueses de ouro mandados cunhar em novembro de 1538, como resposta ao capítulo 170 das Cortes Geraes em Torres Novas (...). A presença da referida moeda estabelece portanto entre o tempo a que ella corresponde e a data do princípio do códice, 1517-1538, um período de vinte e um annos, dados à elaboração consecutiva ou entrecortada do livro (...)».

José de Figueiredo ajudou a propagar o erro, no *Catálogo e Guia de algumas obras de arte temporariamente agrupadas neste Museu...*, Lisboa, MNAA, 1932: «Quanto à data da factura do livro temos de o colocar cerca de 1538. (...) visto algumas das moedas que se vêm na “Adoração dos Magos” terem sido cunhadas em 1538». Os textos encontram-se no estudo de Dagoberto Markl, pp. 55 e 119.

Outra variante de cunho do reverso, com a cruz em campo liso, quando normalmente encontra-se cantonada de aneletes.

30 – (...) ALFOnSVS : QVI (...), entre cercaduras lisas (letra gótica).

Cruzado de ouro de D. Afonso V, como acima.

Dagoberto Markl interpretou o desenho que mal se nota no campo da moeda, como uma manga e, em baixo, a ponta de uma espada ou punhal, parecendo por isso ser um *espadim de ouro* de D. Afonso V. Acontece que os espadins desse rei são de prata baixa e os de ouro só aparecem com D. João II. Além disso, a legenda é típica dos *cruzados* góticos do rei africano, cujo motivo central, com o escudo nacional sobreposto em arcos lobados (ver a moeda n.º 14), bem pode ter dado origem aos elementos visíveis na iluminura.

31 – (...) IOHANES (...), moeda de prata.

32 – (dourada) DINIS : R · PORT (...), entre cercaduras lisas. Ao centro, a cruz da Ordem de Avis, interrompendo a legenda na orla superior, carregada de um escudo das quinas de formato amendoado, com os escudetes laterais virados para dentro.

Interpretação de um *meio real* de D. João I, da casa da moeda de Évora (?): bolhão, 18-20 cm, peso 1,3 g.

É por demais evidente ter havido nesta iluminura um erro do copista, por uma incorrecta interpretação da legenda da moeda copiada: no tempo do rei Lavrador não se usava a cruz de Avis nas moedas, muito menos no escudo real, que é uma característica heráldica da dinastia de Avis. Teixeira de Aragão, que analisou o fac-símile desta tarja existente na Biblioteca Nacional, diz que esta iluminura é uma cópia de um real de D. João I, com a legenda «IHNS» (de Iohanes) interpretada por «DINIS», e a cor acobreada da sua liga pobre de prata (bolhão) pintada de ouro (ob. cit., p. 168).

Os elementos principais da gravura que devem ser analisados, são o formato amendoado do escudo e a cruz da Ordem de Avis. Do tempo de D. João I só existe uma série de moedas de bolhão cuja legenda do reverso é iniciada por uma cruz potentada, seguida pelas iniciais do nome do soberano, circulando o escudo real de formato amendoado (outros escudos existem de formatos diferentes, com o chefe recto ou convexo) e com um módulo aproximado à dimensão real da moeda iluminada (20 mm): -- é a série dos *meios reais atípicos*, uns cunhados em Lisboa (escudo ladeado por florões) e outros cunhados em Évora (escudo ladeado pelas letras góticas “E - V”).

Ora é precisamente o formato da cruz potentada da legenda, em cima, e o formato dessas duas letras góticas, encostadas ao escudo amendoado, que se confunde numa moeda já muito usada com as pontas flordelisadas da cruz de Avis, que não está gravada nesses *meios reais* de bolhão.

33 – (...) MAN (...), moeda de prata.

34 / 35 / 36 – Rebordos.

Lateral direita da tarja (a começar por baixo)

IX. Moedas portuguesas de “ouro” (n.º 37 e 38)

37 – (dourada) (...) IOHANES 3 (...). Ao centro, o monograma real coroadado, ladeado à dir, pela letra L (casa da moeda de Lisboa).

Vintém de D. João III, moeda de prata, deliberadamente dourada.

38 – (dourada) (...) PORTVGAL (...), moeda de prata dourada.

X. Moedas portuguesas de prata (n.º 39 e 40)

39 – Rebordo

40 – (...) R · P ET · AV · GVIN (...). Ao centro, o escudo real coroadado, ladeado por arruela.

Vinténs de D. João II ou D. Manuel I.

XI. Moedas espanholas de ouro (n.º 41 a 43)

41 / 42 – Rebordos

43 – (...) FERNANDVS. DE (...), entre cercaduras lisas (NN invertidos e EE góticos). Ao centro, o busto coroadado do rei de perfil à esq., ladeado pela letra S (casa da moeda de Valência).

Ducado de Fernando II de Aragão (1479-1516), posterior à morte da rainha D. Isabel, da série barcelonesa-valenciana: ouro, 22-23 mm, peso 3,5 g.

Batalha Reis identificou esta iluminura como sendo um *double principat* (duplo ducado) da série barcelonesa de Fernando II (*Numisma*, Madrid, 1953, III-7), com a particularidade de ter a cara do soberano voltada à esquerda, quando geralmente aparece voltada à direita nessas moedas.

A moeda iluminada mede 21 mm, ampliada à dimensão real, muito pouco para os 28/29 mm desse *double principat*. Além disso, a letra S à esquerda do busto indica que se trata de marca monetária de Valência, utilizada nas moedas dos reis Católicos e de Fernando II viúvo (1506-1516), da série barcelonesa-valenciana.

D. Filipe Mateus y Llopis, um dos mais insígnos estudiosos da numismática espanhola, demonstrou no seu estudo «*Las acuñaciones de oro de los Reyes Católicos en Valência, posteriores a 1492*» (*Numisma*, Madrid, 1953, III-7), que as letras S ou S-S que aparecem no campo dessas moedas de ouro, representam as marcas do director da casa da moeda de Valência desde 1506, Alfonso Sánchez (a marca conhecida por “escudinho de Sánchez” apresenta um S dentro de um escudete, ladeando o busto: ver a estampa com as moedas estrangeiras iluminadas).

Perfeitamente concordantes com o exemplar iluminado, existem *ducados* de ouro de Fernando II de Aragão com o busto real à esq. e a letra S no campo, medindo 21 mm (catalogados por A. Heiss). Note-s, contudo, que o copista rodou deliberadamente a legenda desta face, «*Ferdinandus* ou *Fernandus Dei Gracia Rex*», que começa ao meio-dia, por forma a que o nome do rei aparecesse na orla visível da ilustração.

do acorrimento
 de deslees rei
 e outorga
 eadores que
 tiraz homees
 por seu soldo
 prouques Te
 de consilio ag
 e em q pollo
 de assi delige
 outorgaria
 noe q em hu
 stoe auersai
 tella fezema
 tam hi noe
 Bem nos
 embaxadores
 nito mae ef
 no auam de
 e por qo no
 por uosla paz
 no q noe esq
 esmo de frace
 o ocupador
 tretoae per

que por justicia pelleria
 para uoslos feitos mae
 ha glorioso uicecedor co gr
 mada uitoria e sobre e ex
 rom todas uoslas obras
 or de e uniaes boe e pe
 de diae auoslo prazez

Como acrição de Lisboa
 huu seruido aomees tre per
 defazer moeda



Distee no
 delhei dom
 do de reis
 gal fezerõ po
 souro e auer
 por ter largamente q despender
 acoteceffe deffender seua
 mouez outja gerra se uissem
 pria e quato ellee trabalha
 tesouro no uehesse atall min
 em taice mesterees comuch
 peita ao poboo Tanto traba
 dom fernado deae gastiz se
 de per uiaa guerrae e semp



Em cima: Fólio 87v do Livro de Horas de D. João III (anterior Livro de Horas dito de D. Manuel, Museu Nacional de Arte Antiga), na sua dimensão original 105x140 mm.

Páginas seguintes:

- *Fólio 87v do Livro de Horas de D. João III : ampliação em quartos de página*











Em cima: «Fac-simile» da iluminura da Adoração dos Magos do Livro de Horas de D. João III, desenhado e pintado em 1852 e que fazia parte do acervo do extinto gabinete de numismática da Biblioteca Nacional de Portugal (reprodução da gravura publicada em 1923 por Leite de Vasconcelos).

Páginas seguintes:

- Moedas portuguesas e estrangeiras de ouro e de prata iluminadas nos três códices portugueses quinhentistas estudados.



Cruzado de D. Afonso V (1457-1481): ouro 987,6 ‰, peso 3,56 g, dia. 23 mm



Cruzados de D. João II (1485-1489) e de D. Manuel I (1489-1521)

Cruzados de D. João III :



- | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 1.º tipo (1521-1525) | 2.º tipo (1525-1538) | 3.º tipo (1538-1544) | 4.º tipo (1544-1555) |
| ouro 987,6‰ | ouro 987,6‰ | ouro 942,6 ‰ | ouro 921,9 ‰ |



limpar fundos, recortar



**Português de ouro de D. Manuel I (1.º tipo, 1500-1521; e de D. João III, 1521-1525):
reverso com II traçados, tal como ilustrado na Crónica de D. João I e nas Horas de D.
João III (Museu Numismático Português, Lisboa: dia. 35 mm, peso 35,35 g)**



Portugueses de ouro de D. João III (2.º tipo, 1525-1538), tal como ilustrados no Livro dos Offícios Pontifícios: em cima – com marcas R – L (MHG, Hamburgo: dia 40 mm, peso 34,4 g); em baixo – sem marcas (Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: dia. 40 mm, peso 35 g)

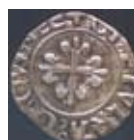


D. João I



Meio real de Évora (1392-1397) e reverso do meio real cruzado de Lisboa (1407-1415)

D. João II



Vvintém de prata (19 mm, peso 2 g) e meio vintém (16 mm, peso 1 g)

D. Manuel I



*Tostão (29 mm, peso 9,8 g)
meio tostão (24 mm, peso 4,5 g)
vintém, meio vintém e
cinquinho (14 mm, peso 0,5 g)*



D. João III



Tostão de 1521-1525 e de 1525-1538 (2.º tipo) ; meio tostão, vintém e cinquinho



Reis Católicos



*Em cima - excelente (dia. 23 mm, peso 3,5 g) e duplo excelente (dia. 28 mm, peso 7 g)
Em baixo – ducados de Fernando II da série barcelonesa-valenciana (dia. 22 mm, peso 3,49 g)*



Condado de Mansfeld



*Em cima – taler de prata de 1521 (40 mm; 28 g) e 1/2 taler de 1525
Em baixo – groschens de prata (26 mm, 3,5 g), de 1511 (escudo sem elmo)
e de 1519 (escudo com elmo)*



Ducado de Calisto III



(dia. 22,4 mm, peso 3,5 g)

Postea sacerdos vel epus
inclinat se ante medium

Altaris et dicit.

Accipiat tibi sancta
trinitas obsequiū serui-
tutis mee: et presta: ut sa-
crificiū qđ oculis tue ma-
iestatis indignis obtuli
tibi sit acceptabile: michi
qđ et oīb; pro quib; illud
obtuli: sit te miserante p-
pitabile. **Derexipistum:**
dominū nostrum Amen.

Deinde sacerdos benedi-
cat populum dicens. In
unitate sancti spūs: bñ-
dicat uos p̄ et fili? Ame.

In epiphania domini ad
Alissim. Introitus.



Cec adue-
nit domi-
nator dñs
et regnus
in manu
eius: et po-
testas et imperium p̄s Deus iu-

ditum tuū regnda et iustitiam
tuā filio regis. Gloria patri et
filio et spiritui sancto. Sicut erat
in principio et nunc et semper et
in secula seculor; amē. **Et repetat.**
Ecce aduenit dominator dñs. ē.
Kyrieleyson. Xp̄eleyso. Kyriel.



Gloria in excelsis de o
Et in terra pax hominib;
bone uoluntatis. Lauda-
mus te. Benedicimus te.
Adoramus te. Glorifica-
mus te. Gratias agimus
tibi propter magnā glo-
riā tuā. Dñe deus rex ce-
lestis deus p̄s op̄s. Dñe
fili; unigenite iesu xp̄iste.
Dñe deus agnus dei fili;
p̄is. Qui tollis peccata
mundi miserere nob;. Qui
tollis peccata mūdi susci-
pe deprecationē nostras.
Qui sedes ad dexteram
p̄is miserere nob;. Qui
tu solus sc̄tis. Tu solus





Postea sacerdos vel ep̄us
inclinat se ante medium

Altaris et dicit.

Accipiat tibi sancta
trinitas obsequiū servi-
tutis mee: et presta: ut sa-
crificiū qđ oculis tue ma-
iestatis in dignus obtuli
tibi sit acceptabile: michi
q; & oīb; pro quib; illud
obtuli: sit te miserante p-
pitabile. **Per xp̄istum &**
dominū nostrum Amen.
Deinde sacerdos benedi-
cat populum dicens. In
unitate sancti spūs: bñ-
dicat uos v̄ et fili? Ame.

Vinitate lanchi ipius: b
dicat uos p̄ et filh? Am

In epiphania domini a
Adulfam. Introitus.



Ecc ad
nit don
nator d
et regni
in man
eius: et
testas et imperium **ps** Deus i



tibi propter magna glo
riā tuā. Dñe deus rex ce
lestis deus p̄r ops. Dñe
filij vnigenite iesu xpiste.
Dñe deus agnus dei filius
p̄ris. Qui tollis peccata
mundi miserere nob̄. Qui
tollis peccata mundi susci
pe deprecationē nostras.
Qui sedes ad dexteram
p̄ris miserere nob̄. Qui
tu solus sc̄tus. Tu solus



l epus
dium
at.

ancta
serui
a: ut sa
ue ma
obtuli
michi
illud
ante p
tum ;
lmen.
nedi
s. In ;
s: bñ

ditum tuū regida et iustitiam
tuā filio regis **v.** Gloria patri et
filio et spiritui sancto. Sicut erat
in principio et nunc et semper et
in secula seculorū amē. **Et repetat.**
Ecce aduenit dominator dñs. ē.
Kyrieleyson. Xp̄leyso. Kyriel.

Gloria in excelsis de o
Et in terra pax hominib
bone uoluntatis. Lauda
mus te. Benedicamus te.
Adoramus te. Glorifica
mus te. Gratias agimus
tibi propter magnā glo

XII. Moedas portuguesas de prata (n.º 44 a 47)

44 – (...) + (...) ANES (...) INE, entre cercaduras lisas. Ao centro, o monograma Y coroadado, ladeado por anelete e pela letra L.

45 – (...) ANVE (...)

46 / 47 – Rebordos. *Vinténs* de D. João II e D. Manuel I.

Canto superior direito da tarja

XIII. Moedas de “ouro” e prata (n.º 48 e 49)

48 – (dourada) + IOHANES: 3: REX: PORTVGALI, entre cercaduras lisas. Ao centro, o escudo real de formato joanino (base arredondada), com uma bordadura de sete castelos, ladeado de aneletes.

Ceítis de D. João III: cobre, 17-20 mm, peso 1,4-2,4 g.

O tipo numismático do escudo e o módulo relativo da moeda ampliada pelo factor de conversão (17 mm), só têm correspondência nos *ceitis* deste monarca da série coroadada, onde figura o escudo dos castelos e das quinas (tipo Gomes 03.03). Nesta não figura a coroa e o copista dourou a moeda deliberadamente, para criar mais riqueza ornamental na tarja.

49 – Rebordo, moeda de prata.

2.3 – Livro dos Ofícios Pontifícios: “Epifania” (fólio 18v)

Há dois aspectos imediatamente perceptíveis quando se compara visualmente o magnífico fólio iluminado deste códice com as *Horas de D. João III*.

Em primeiro lugar, as suas dimensões: -- enquanto as iluminuras das *Horas* são todas miniaturais, com cerca de metade da dimensão das moedas originais, no códice Cadaval, de grande formato (superior a uma folha A4), as moedas ilustradas foram pintadas com dimensões ligeiramente superiores às reais.

Em segundo lugar, quanto à técnica de desenho utilizada: -- enquanto nas *Horas* e na *Crónica de D. João I*, as moedas ilustradas foram simplesmente desenhadas e pintadas sem grande contraste, no códice Cadaval as moedas estão como que retratadas, tal é o efeito “fotográfico” obtido pela utilização de um notável jogo de claros/escuros.

Neste códice aparecem ilustradas 69 moedas, quase todas portuguesas do reinado de D. João III, duas espanholas, dez papais e cinco alemãs, distribuídas por grupos homogêneos ao longo da tarja, por vezes com dimensões relativas diferentes das reais, para criar profundidade de campo e perspectiva visual.

Canto superior esquerdo da tarja

I. Grandes moedas de prata e de ouro (n.º 1 a 4)

1 – SANCT. G ... OR. PA. CODE. MAN., entre cercaduras lisas. Ao centro, um leão (ou um dragão) deitado à direita, tendo no campo a letra I ladeada por pontos.

Taler do condado de Mansfeld: prata 40 mm, peso 28 g., das amoedações de 1486 a 1526, sem indicação do nome dos condes.

«Santo George Padroeiro do Condado de Mansfeld» é uma legenda monetária normalmente associada à representação do combate de S. Jorge com o dragão, cuja representação figura nos grandes talers deste antigo condado. A substituição de S. Jorge a cavalo por um leão (?) que nunca existiu nestas moedas, só poderá ser entendida como uma má interpretação de uma gravura já muito sumida.

A inclusão desta grande moeda de prata alemã nesta tarja (e as outras do mesmo condado, n.ºs 55 a 58) não deixa de ser interessante, conhecidos que eram os fortes laços comerciais de Portugal com o norte da Europa, aonde, a troco de ouro e de especiarias, vinha o cobre e a prata necessária para as amoedações nacionais. O condado de Mansfeld, anexado ao eleitorado da Saxónia em 1780, era conhecido pela sua intensa actividade mineira desde o século XV.

2 / 4 – (reverso) (...) : ▼ : HOC : ▼ : SIGNO : ▼ : VINC (...), limitada por cercaduras lisas. Ao centro, limitado por cercadura granulada, a cruz da Ordem de Cristo circundada por um fio ornamental, cantonado de pontos.

Portugueses de ouro de D. João III do 2.º tipo (ver mais abaixo os n.ºs 27-33).

Lateral esquerda da tarja

II. Primeiro grupo de moedas de prata (n.º 5 a 9)

5 – (...) I V O R O (...). Ao centro, a inicial M coroada, ladeada pela letra L.

Vintém de D. Manuel I: 20 reis, prata 20 mm, peso 1,9 g.

6 – (anverso) Ao centro, o escudo coroado, de base arredondada, ladeado por aneletes.

7 – (reverso) (...) IOANES 3 R ...GL (...). Ao centro, a inicial Y coroada, ladeada à direita pela letra L.

Vinténs de D. João III, amoedações de 1521 a 1525.

8 – (...) ES : II : R : P : ET (...). Ao centro, a inicial Y corada, ladeada à esquerda pela letra L e à direita por um anelete.

Vintém de D. João II, das amoedações posteriores a 1489.

9 – (...) PORT (...). *Vintém*.

Trata-se de um grupo homogéneo de moedas da mesma espécie, os populares *vinténs* de prata, de três reinados diferentes, todos cunhados em Lisboa e abarcando um período de 35 anos, até à reforma das gravuras dos cunhos de 1525. A principal característica das novas gravuras posteriores encontra-se no lado do escudo (anverso), que não se encontra ilustrado.

III. Moedas portuguesas de ouro (n.º 10 a 13)

10 – (anverso) IOANES III R (...) ALIE O I, entre cercaduras granuladas. Ao centro, o escudo coroado, ladeado pelas letras R e L, encimadas por pontos.

11 – (reverso) (...) PORTVGALIE D, entre cercaduras granuladas. Ao centro, uma cruz gre-

ga, dentro de epíclóide tetralobado.

12 – (reverso) IOAN (...) GALIE AL DGC, entre cercaduras granuladas. Ao centro, uma cruz grega, dentro de epíclóide tetralobado, cantonado de aneletes.

13 – (anverso) IOANES:R PORTVGAL ADG, entre cercaduras granuladas. Ao centro, o escudo real coroadado, de base arredondada, ladeado pelas letras R e L, encimadas por pontos.

Cruzados R-L de D. João III: 400 reis, ouro 24 mm, peso 3,5 g. Amoedações do 2.º tipo de Lisboa, de 1525 até 1538.

Outro grupo homogêneo de moedas, com a particularidade destes cruzados, do 2.º tipo de D. João III, corresponderem às amoedações feitas na casa da moeda de Lisboa desde Outubro de 1525 até Novembro de 1538, quando se determinou a redução do toque do ouro e a cunhagem de um novo tipo de cruzado, com novas gravuras, para se distinguirem dos anteriores de melhor lei. Desde então a legenda do reverso passou a ser «In Hoc Signo Vincas», orlando uma cruz grega em campo liso.

Na moeda n.º 13 aparece representada uma legenda titular sem a numeração do monarca (que devia ser *IOANES:3:R*), que consideramos ser um erro do copista. No entanto, a numeração romana aparece claramente representada na moeda n.º 10, anverso, perfeitamente idêntico ao da moeda n.º 13, com excepção da legenda titular, que nesta termina em “PORTVGAL ADG” (Portugal Algarve Senhor da Guiné), característica dos cruzados do 2.º tipo de 1525-1538; e naquela, a legenda termina em “ALIE O I”, uma corrupção da mesma legenda anterior.

Além deste pequeno pormenor, verifica-se que o escudo das moedas n.º 10 e 13 está ladeado pelas marcas monetárias R-L, uma variante que não é conhecida nos exemplares catalogados deste 2.º tipo de 1525-1538, mas que aparece com muita frequência nos cruzados cunhados após esse ano.

Quererá isto dizer que a moeda n.º 10 pertencerá a uma cunhagem posterior a Novembro de 1538? Julgamos que não, dada a coincidência de estarem ilustrados, neste grupo de quatro moedas, dois aversos semelhantes e dois reversos iguais, estes claramente identificados como pertencendo às amoedações anteriores a 1538.

IV. Pequenas moedas de prata (n.º 14 a 20)

14 – (reverso) (...) PORTVGA (...). Ao centro, a cruz da Ordem de Avis.

15 / 17 – (anverso) (...) IOANES (...), como acima.

16 / 18 / 20 – (rebordos).

19 – (anverso) Ao centro, as quinas soltas.

Meios vinténs de D. João III: 10 reis, prata 16 mm, peso 1,0 g. Amoedações desde 1521 até à reforma de 1555, sem alteração do tipo monetário.

V. Moedas portuguesas de prata (n.º 21 a 26)

21 – (anverso) + IOANES :3: R (...) L:C:ET:I:A, entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, o escudo coroadado, ladeado pelas letras R e L, encimadas por pontos.

22 – (reverso) IN HOC SIGNO VINCES, entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, a cruz da Ordem Militar de Cristo, cantonada de pequenos florões.

23 – Como acima, a cruz cantonada de estrelas.

24 – Como acima, a legenda iniciada por um florão ladeado por pontos e, ao centro, a cruz com o braço direito ladeado por três pontos (que normalmente aparecem encimando a cruz).

25 – (anverso) + IOANES :3: R.P:ET:AL:D:G:C:ETI, entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, o escudo coroadado, ladeado pelas letras R e L, encimadas por pontos.

Tostões R-L de D. João III, do 2.º tipo: 100 reis, prata 28 mm, peso 9,5 g. Amoedações de 1525 a 1538.

Até 1525 manteve-se inalterado o tipo manuelino, nascendo então uma nova gravura do escudo real, de coroa floreada e base arredondada, ladeado pelas marcas da casa da moeda de Lisboa, R-L ou L-R.

O significado da letra R foi atribuído por Teixeira de Aragão como sendo a inicial do nome de um ensaiador da casa da moeda; contudo, Damião Peres desmontou documentalmente essa hipótese na sua *História Monetária de D. João III* (Lisboa, APH, 1958, p. 57), sugerindo que eram marcas da própria Casa e não iniciais de nomes de pessoas.

As moedas ilustradas neste fólio permitem a construção de uma cronologia das amoedações dos *tostões*: a marca R-L pertence às primeiras cunhagens de 1525, e a marca L-R a produções mais tardias. Em Novembro de 1538 foi suspensa a cunhagem dos *tostões da Cruz de Cristo*, sendo substituídos na circulação por moedas de prata de tipo espanhol, os *reais portugueses singelos* (40 reis) e *dobrados* (80 reis). Voltariam a ser amoedados desde 1555, mas ostentando desde então a cruz da Ordem de Avis no reverso.

Canto inferior esquerdo da tarja

VI. Grandes moedas portuguesas de ouro (n.º 27 a 33)

27 – (anverso) (...) GALIE AIG · VL : IN · A · DGCN (...), entre cercaduras lisas. Ao centro, o escudo real, sem letras monetárias, rodeado por uma cartela circular inscrita (...) PSIE I.

28 – (reverso) IN : ▼ : HOC : ▼ : SIGNO : ▼ : VINCEES, dentro de cartela limitada por cercaduras lisas, com um florão ladeado de pontos à cabeça. Ao centro, limitado por cercadura granulada, a cruz da Ordem de Cristo circundada por um fio ornamental, cantonado de pontos.

29 / 30 – (reversos) Como acima.

32 / 33 – (rebordos ilegíveis).

Portugueses de D. João III, do 2.º tipo: 4.000 reis, ouro 39-40 mm, peso 35 g. Amoedações de 1525 até 1538.

Sem dúvida, o grupo de maior interesse de todos os ilustrados, à semelhança do que acontece nos outros dois códices, pela possibilidade de datar com exactidão a fronteira entre os dois tipos conhecidos.

As duas moedas ilustradas em maior evidência à esquerda (n.ºs 27 e 28), revelam-nos as gravuras tradicionais de tipo renascentista dos *portugueses de ouro* de D. João III cunhados após Outubro de 1525 e até à proibição de Novembro de 1538 (esporadicamente e com autorizações especiais, foram amoedados até 1556, em pequenas quantidades.¹⁰)

10 Foram cunhados 100 exemplares em 1553 e mais 210 em 1556, estes por conta da rainha. Cfr. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 1985, vol. II, p. 59. Damião Peres corrige a informação dada por Teixeira de Aragão (ob. cit., I-p. 278), de uma primeira cunhagem em 1543, que foi erro de leitura do documento de 1553; e Magalhães Godinho adiciona a informação da segunda autorização.

A fidelidade da ilustração é perfeita em todos os pormenores, inclusive pela representação de uma variante sem marcas monetárias ladeando o escudo (n.º 28), que é conhecida, muito embora seja muito rara (do tipo de Gomes 105.01).

Contudo, a moeda mais à direita (n.º 31), revela-nos uma gravura perfeitamente inédita de um *português de ouro*, claramente identificado como de D. João III, mas ostentando a grande legenda titular desenvolvida em duas coroas circulares concêntricas, à semelhança do tipo original manuelino, circundando o escudo real de formato joanino, ladeado pelas marcas monetárias R e L (uma característica só introduzida nas cunhagens posteriores a Outubro de 1525).

31 – (anverso) (...) S : 3 · R · PORTVGALIE : ALGARVI (...) // ALD G CNP INDIA R (...), em duas coroas circulares, entre cercaduras granuladas. Ao centro, o escudo real de base arredondada, ladeado pelas letras R e L (encimadas por pontos).

A perfeição das ilustrações das moedas desta tarja, muito embora com alguns erros de má interpretação dos caracteres das legendas titulares, não nos deixa dúvidas sobre um possível erro do copista-iluminador. Estamos perante um documento ilustrado coevo, que não merece contestação: -- ao lado de uma moeda bem desenhada e conhecida, aparece outra desconhecida, uma gravura de um português de D. João III de um tipo híbrido entre o tipo manuelino de 1521-1525 e o tipo renascentista de 1525-1538. Ou seja, a ter existido, só podia ter sido cunhado em 1525, não antes nem depois.

Sem bases documentais outras, além das conhecidas sobre a mudança dos cunhos em 1525, apenas podemos conjecturar que talvez o copista tivesse recebido emprestado esses grandes e valiosos exemplares de ouro, para poder copiá-los no livro destinado à Inquisição. Cada um deles valia 4.000 reais e nesta tarja estão representados dez.

Sabendo-se que, por exemplo, o mestre-iluminador António de Hollanda – a principal figura da iluminura portuguesa na 1.ª metade do século XVI – recebeu do rei em 1527 uma pensão anual de 10.000 reais, como recompensa dos serviços prestados e a prestar ¹¹; -- ou que o administrador da casa da moeda de então, o tesoureiro, auferia anualmente 30.000 reais em 1517 ¹²; -- ou que o ourives Diogo Alvarez, que abriu os novos cunhos para as moedas de ouro, prata e cobre da reforma de 1525, recebeu de mantimento anual 40.000 reais ¹³, fácil é entender que as moedas ilustradas nestes códices tinham de ser emprestadas de propósito para o efeito, para serem copiadas do natural.

¹¹ Dagoberto Markl, ob. cit., p. 33.

¹² António Miguel Trigueiros, no texto introdutório a *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos 1385-1580*, ed. Alberto Gomes, Lisboa 1992, p. XI.

¹³ Damião Peres, ob. cit., p. 69 (documento n.º 3).

Tratando-se de encomendas régias ou quase, como a deste *Livro dos Ofícios Pontifícios* da Inquisição, poder-se-á supor que os grandes portugueses de ouro joaninos vieram às mãos do copista emprestados pela casa da moeda, ou pelo tesoureiro da coroa e que, junto com elas, vinha um ensaio dos vários que foram feitos em 1525 para o rei escolher o tipo que mais lhe agradava, como de facto escolheu, em Agosto desse ano.

Canto inferior direito da tarja

VII. Moedas portuguesas de prata (n.º 34 a 39)

34 – (anverso) + IOANES : 3R : P : ALGARV GVIN, entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, o escudo real de formato joanino, ladeado pelas letras L e R encimadas por três pontos em triângulo.

35 – (...) I OPRTVGALIE : A, como acima (erro do copista, *PORTVGALIE*).

36 / 39 – (reverso) (...) IGNO : ▼ : VINCES, entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, a cruz da Ordem de Cristo, cantonada de aneletes e com um dos braços ladeado por três pontos.

Tostões L-R de D. João III, do 2.º tipo: 100 reis, prata 28 mm, peso 9,5 g. Amoedações de 1525 a 1538, das muitas variantes de legenda conhecidas.

Lateral direita da tarja (a começar por baixo)

VIII. Moedas espanholas de ouro (n.º 40 e 41)

40 / 41 – *Quatro excelentes de la Granada*, dos reis Católicos Isabel e Fernando: ouro 34 mm, peso 14 g. Amoedações de 1479 a 1504.

A comparação das dimensões relativas entre estas duas moedas de ouro e os tostões de prata joaninos, de 28-29 mm de módulo, aponta para um diâmetro de 34 mm nas espanholas, correspondendo a quatro excelentes (o duplo excelente terá 29 mm, tal como os tostões).

IX. Moedas portuguesas de prata (n.º 42 a 48)

42 / 43 – (rebordos indecifráveis)

44 – (...) VINCES : IN (...), entre cercaduras granuladas. Ao centro, a cruz da Ordem de Cristo.

Parece um reverso de um tostão de prata, mas aqui ilustrado com um módulo muito superior, cerca de 34 mm reais, o que poderia corresponder a uma moeda de *dois tostões*, cujos únicos exemplares conhecidos pertencem ao reinado de D. Manuel. Talvez tenha sido uma ilustração deliberadamente ampliada pelo copista, para criar profundidade de campo.

45 – (...) V : G : E : D (...). ao centro, o escudo real joanino, ladeado pela letra P (ou R, se mal desenhado). *Tostão* de prata (casa da moeda do Porto?).

46 / 48 – *Tostões* de prata.

X. Moedas pontifícias de ouro (n.º 49 a 54)

49 / 54 – *Ducados* do papa Calixto III (1455-1458): ouro, 23 mm, peso 3,5 g.

Fazem conjunto com as moedas ilustradas no topo superior da tarja. No anverso figura o escudo papal, o que permite a sua identificação.

Canto superior direito da tarja

XI. Moedas estrangeiras de prata (n.º 55 a 58)

55 – MON (*eta Nova*) GCODC. Ao centro, o escudo de armas esquartelado dos condes de Mansfeld, com virol e sem elmo.

56 – (...) AVE MARIA (...)

57 – (...) CV LOD (...). Escudo com elmo.

58 – (...) . ITAE (...)

Groschens do condado de Mansfeld, das amoedações de 1486 a 1526: prata, dia. 26 mm, peso 3,5-3,7 g.

São conhecidos exemplares datados de 1511 a 1515 com o escudo sem elmo; e de 1519 a 1520 com elmo.

Topo superior da tarja

XII. Pequenos grupos de moedas de prata (n.º 59 a 62; e n.º 67 a 69)

(ladeando as moedas de ouro pontifícias)

59 / 62 e 67 / 69 – De difícil leitura, o tipo de gravura ilustrada, com a inicial “I” coroadada e ladeada de pontos (anverso) e as quinas no lado oposto (reverso), corresponde aos *cinquinhos* de D. João III (5 reais, prata 12 mm, peso 0,5 g), do 1.º tipo de 1521 a 1525.

As moedas estão ilustradas acima da sua dimensão real, mais conforme com as dimensões de *vinéns* (20 mm). De notar que as correspondentes moedas do 2.º tipo, deste reinado, só seriam cunhadas após 1537, não figurando nesta tarja.

XIII. Moedas pontifícias de ouro (n.º 63 a 66)

63 / 66 – A moeda mais em evidência ilustra S. Pedro com a cruz, numa embarcação, sendo o reverso da moeda do papa Calixto III (n.º 49).

Deve ter sido intencional esta ilustração, tratando-se de um livro de ofícios pontifícios. No entanto, não deixa de ser curioso notar que, das muitas moedas existentes nessa época, o iluminador tivesse escolhido precisamente os ducados de ouro de Calixto III, cardeal Afonso de Borja, o primeiro valenciano a subir ao trono de São Pedro (1455-1458), um papa que reinou apenas três anos, mas cujo apelo à cruzada contra os turcos em 1457 (Constantinopla tinha sido conquistada em 1453), teve uma consequência da maior importância na história monetária portuguesa: -- o rei D. Afonso V aderiu ao projecto e mandou preparar uma forte armada, que devia ir bem provida de uma nova espécie áurea então amoedada, concorrente dos ducados italianos.

Nasceu então o *cruzado* do rei Africano, do nome dos seus soldados.

3. Escolhas e decisões do copista-iluminador

Uma questão que não vimos até agora ser analisada pelos estudiosos destas iluminuras com moedas é o da intencionalidade na escolha dos exemplares ilustrados, no maior ou menor destaque dado às legendas visíveis em cada grupo de moedas e na sua colocação relativa nos espaços disponíveis das tarjas.

Se nos outros fólhos destes três iluminados esta questão não se põe, de tal forma é evidente a coincidência dos temas das iluminuras com os textos que as acompanham, então porque razão só os fólhos com moedas é que seriam exceções a esta regra geral da iluminura quinhentista?

Terá o artista seguido um plano pré-determinado na ilustração das moedas, ou ter-se-á limitado a copiar, a esmo e de forma aleatória, vários exemplares do numerário circulante de que teve conhecimento? E no acto de desenhar e pintar, tê-las-á ilustrado de memória ou teve presentes todas essas moedas, que foi amontoando em pequenos grupos e desenhando do natural?

■ A *Crónica de D. João I* constitui um bom exemplo deste tipo de análise: enquanto o texto caligráfico descreve em pormenor os problemas da falta de dinheiro e as imensas quebras no valor das moedas que o Mestre, defensor e regedor do reino e, depois, seu soberano, teve que provocar para ter com que pagar as despesas da guerra com Castela (originando uma desvalorização do *real* estimada em 700 vezes, ou 70.000%, entre 1383 e 1422), com grande prejuízo dos povos, que a aceitaram, porque «*mais vale terra padecer do que terra perder*», que fez o iluminador, 140 anos depois?

Em vez de ilustrar a pobre e feia moeda de bolhão baixo do fundador da dinastia de Avis, verdadeiro símbolo emblemático do sofrimento de uma nação em luta pela sua liberdade política, escolheu as mais ricas moedas de ouro que a Cristandade jamais vira, os *portugueses de ouro*, primeiro emitidos por D. Manuel I – pai do infante D. Fernando que lhe encomendara a obra – e rodeou-os dos grossos *tostões de prata* do mesmo rei, e dos ricos *cruzados de ouro* de D. João II lavrados com o ouro da Guiné, completando a ilustração com um homem ajoelhado portando uma cornucópia, símbolo da Abundância.

O contraste é por demais evidente e claramente intencional: -- *do padecimento dos povos ganhou-se a terra e lançaram-se os fundamentos da riqueza da dinastia de Avis*.

■ O *Livro de Horas de D. João III* coloca outro tipo de interpretações, para lá daquela que é sempre referida quando se fala desta tarja, designada por «Adoração dos Magos», ou seja, uma clara referência à homenagem e às

oferendas de ouro, mirra e incenso que os três Reis Magos foram prestar ao menino de Belém, daí a representação de moedas ofertórias.

No essencial, resume-se tudo à leitura que o possuidor e utilizador deste breviário solene retiraria da ilustração deste episódio dos Magos: -- *que tinha D. João III de seu que melhor pudesse simbolicamente representar a riqueza da sua oferta ao Deus menino?*

Novamente, os imponentes *portugueses* de ouro, com o seu nome bem à vista, no centro do pé da tarja, dão conta dessa oferta, que não receia confrontações com as moedas de outros reis.

Comparem-se as ilustrações destas famosas moedas de ouro nos dois códices das *Horas* e dos *Ofícios*: -- em ambos o destaque é dado à invocação da legenda do reverso, «*Com Este Sinal Vencerás*» orlando a cruz de Cristo, numa oportuna lembrança ao leitor dos fundamentos da santa religião. Em segundo plano, mas bem à vista na tarja das *Horas*, o nome de D. João III, a quem se destinava o breviário; uma chamada que já não era necessária nos *Ofícios*, todo ele abundantemente ilustrado com as moedas correntes desse reinado.

Quanto aos *excelentes de ouro* dos reis Católicos, colocados tão em evidência no topo superior esquerdo da tarja, terá havido um motivo intencional, para além do apreço que tiveram na circulação monetária nacional?

D. João III casou em Fevereiro de 1525 com D. Catarina, «*a infanta de Tordesilhas*» (nascida em 1507), filha da rainha Joana e de Filipe I o *Belo* da Áustria, neta dos reis Católicos, Isabel de Castela e Leão (falecida em 1504) e Fernando de Aragão (falecido em 1516), irmã do imperador Carlos V da Alemanha e I da Espanha. Novamente, uma coincidência de datas: o casamento do futuro possuidor do breviário solene, que se estava iluminando, teve lugar no início de 1525 e pouco depois já estaria desenhada e pintada a tarja da adoração dos Magos, com as suas moedas ofertórias, que lembravam a ilustre ascendência da jovem rainha de Portugal.

■ Por último, o *Livro dos Ofícios Pontifícios da Inquisição* retoma o tema das oferendas ao menino Jesus no fólio cujo texto trata da *Epifania*, mas agora ilustrando todas as moedas de prata e ouro novamente cunhadas em nome do rei Piedoso – e quase só as dele, em grande evidência, além de outras em menor destaque, de ouro pontifícias e espanholas, e alguma prata germânica –, como que a recordar que a ele se devia a instituição desse tribunal, que por essa época iniciava as suas funções em Portugal.

De notar que nessa tarja encontram-se ilustrados *cinquinhos* (5 réis) das amoedações anteriores a 1525; *meios vinténs* (10 réis), *vinténs* (20 réis) e *tostões* (100 réis), só faltando o *meio tostão* (50 réis) para completar a série monetária de prata de produção mais recente, posterior a 1525, facilmente identificável pelas gravuras mais ornamentadas do escudo e pelas marcas

monetárias R-L e L-R que as moedas ostentam.

A ausência do *meio tostão* nesta tarja é algo que merece reflexão: -- após a reforma das gravuras introduzida em 1525, são cunhados ensaios de apenas três espécies, *portugueses*, *cruzados* e *tostões*, que o monarca aprova e devolve à casa da Moeda em Setembro desse ano. Nenhum ensaio de *meio tostão*, *viném* e seus submúltiplos foi então realizado.¹⁴

Depois e já iniciada a cunhagem regular, as leis do mercado ditaram a necessidade de aumentar a circulação das moedas de menor valor, o que foi determinado pelo alvará de 23 de Agosto de 1527, ordenando-se que, de todo o ouro que entrasse na Moeda para amoedar, metade o fosse em *portugueses* e metade em *cruzados*; e de toda a prata que fosse levada para amoedar, tanto da coroa como de particulares, metade o fosse em *tostões* e, da outra metade, três quartos em *vinéns* (que aparecem desde então com as marcas R-L) e um quarto em *meios vinéns*, (cuja gravura não foi modificada), proibindo-se a cunhagem dos pequenos *cinquinhos*.¹⁵

Neste diploma omite-se qualquer referência ao *meio tostão*, o que equivale a dizer que, ainda antes de 1525, já não era fabricado regularmente, e que deixou de fazer parte da repartição em espécies da prata amoedada desde 1527. Uma situação que seria mais tarde confirmada, em 1537 e em 1538, por leis que expressamente proibiam a sua cunhagem, mantendo-se a dos *vinéns*, seus meios e quartos.¹⁶

Estará aqui a razão porque esta espécie não figura na tarja iluminada cerca de 1540: -- o *meio tostão* há muito que não se fabricava, nem entrou no rol das moedas que receberam os novos cunhos de 1525, por isso não fazia parte do lote das moedas emprestadas ao copista para as desenhar do natural, com grande perfeição (com uma ou outra excepção).

Perfeição da ilustração é o que claramente se observa neste códice: a preocupação de extremo rigor no desenho das moedas e na composição das ilustrações apresentadas na tarja, num estilo quase “fotográfico”, sem erros de cor ou graves omissões propositadas. O mesmo rigor, implacável, que desde então regulará a actividade do tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

14 Damião Peres, ob. cit., p. 70 (documento n.º 4, registado na casa da moeda a 23 de Outubro).

15 Idem, ibidem, p. 72 (documento n.º 7, registado na casa da moeda a 13 de Setembro). Só então foram abertos os cunhos do novo tipo para o *viném*, cuja cunhagem teria começado em finais de 1527.

16 Idem, ibidem., p. 74, carta régia de 30 de Maio de 1537 (documento n.º 10, registado na casa da moeda a 12 de Julho); -- e lei das Cortes de 29 de Novembro de 1538 (documento n.º 14, registado na casa da moeda a 10 de Fevereiro de 1539). Só então se abriram os cunhos do novo tipo para os *cinquinhos* de prata, que não estão representados nesta tarja.

4. Moedas que nos iluminam

Como conclusão do estudo numismático, podemos agora estimar com grande aproximação as datas prováveis de feitura dos fólhos iluminados com moedas, das *Horas de D. João III* e dos *Ofícios Pontifícios da Inquisição*, duas produções do reinado de D. João III, cuja história monetária só foi desvendada por Damião Peres em 1958 e por ele dividida em quatro períodos bem delimitados, dois dos quais, o primeiro e o segundo, abarcam as moedas ilustradas nestes códices quinhentistas.

Como superintendente do Museu Numismático Português, de 1945 a 1959, teve aquele ilustre professor e investigador a fortuna de voltar a encontrar o mais antigo livro de registo da casa da moeda de Lisboa, contendo documentação desde 1518 a 1553, e que não tinha sido do conhecimento, nem de Lopes Fernandes, nem de Teixeira de Aragão. Nesse *Registo Antigo*, como o designou, vêm transladados alvarás, leis e cartas régias que, entre muitas outras respeitantes aos oficiais da Moeda, eram totalmente desconhecidas até então, muito embora já tivessem sido publicadas numa raríssima brochura impressa na casa da moeda em 1878 (mas nunca editada), a qual, por sua vez, não foi do conhecimento de Damião Peres.¹⁷

Foi a partir desse registo antigo que se ficou a saber que a mudança nas gravuras dos cunhos das moedas de D. João III tinha tido lugar em 1525; -- que a liga das moedas de ouro passou a fazer-se, desde Setembro de 1539, com prata e não com cobre, como anteriormente¹⁸; -- e que a lei que autorizou a cunhagem dos *cruzados calvário* e *escudos de São Tomé*, datava de 1544.

1.º Período, 1521 a 1525: tipos e valores manuelinos

As moedas de ouro e de prata continuam a ser cunhadas até Agosto de 1525 de acordo com as leis e os tipos numismáticos do reinado anterior, com alteração do nome do soberano reinante, não tendo havido desvalorização monetária, nem abaixamento das ligas metálicas, nem modificação dos elementos principais das gravuras.

Pertencem a este período as moedas joaninas ilustradas nas *Horas de D. João III*, com particular destaque para os *portugueses* de ouro (n.ºs 25 e

17 *Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*, Casa da Moeda e Papel Selado, Lisboa, 1878. A este respeito veja-se a bibliografia comentada em Gomes e Trigueiros, ob. cit., p. 239.

18 Por anteriormente deve entender-se desde Fevereiro de 1539, quando se deu o primeiro abaixamento da liga de ouro para 942,6 milésimas, muito embora mantendo o anterior peso de 3,548 g. Desde D. Afonso V que os *cruzados* e, depois, os *portugueses*, eram cunhados com ouro de 989,6 milésimas, que era o máximo que as técnicas de afinação permitiam então apurar na fundição, por isso se dizia *ouro fino* ou *ouro dos cruzados*. Veja-se Agostinho Ferreira Gambetta, *História da Moeda*, Academia Portuguesa de História, vol. I, Lisboa, 1978, pp. 209, 228-232.

26), ainda do tipo manuelino da dupla coroa circular concêntrica envolvendo o escudo. A total ausência neste fólio de ilustrações de moedas cunhadas posteriormente a Agosto de 1525, levou o Autor a concluir que já estaria iluminado em meados de 1526, quando começaram a circular as moedas do segundo tipo joanino.

D. Manuel I faleceu a 13 de Novembro de 1521 e, dado o tempo necessário à abertura dos cunhos em nome de D. João III, as primeiras moedas joaninas só terão sido emitidas em meados de 1522. Assim, e numa primeira aproximação, essa iluminura poderia ser datada entre 1522 e 1526; contudo, a tarja é rica em quantidades e em tipos diferentes destas moedas, o que nos levou a admitir que a sua feitura terá tido lugar mais perto do final desse período, entre 1524 e meados de 1526 (termo médio 1525).

Assim, o recuo de 12 anos na datação da tarja das moedas iluminadas permite que todas as restantes datas conhecidas, relacionadas com este códice, se encaixem na perfeição: o breviário solene teria sido iniciado em 1517 e já estaria concluído antes de 1534, ano em que figura num inventário revelado por Martim de Albuquerque ¹⁹, como um «*Outro livro das Horas de Nossa Senhora, de forma, em latim, em tábuas, coberto de couro vermelho*», encadernação que no séc. XVIII seria mudada para veludo carmesim (vermelho-cardeal) – à semelhança do sucedido com o *Livro de Horas dito de D. Fernando*, do MNAA ²⁰ –, reforçando os fundamentos de atribuição da posse deste códice iluminado a D. João III, o seu breviário solene, tal como já tinha sido intuído por Dagoberto Markl (ob. cit., p. 145).

2.º Período, 1526 a 1538: novos tipos, mesmos valores

Desagradando ao monarca o estado de desleixo e imperfeição a que tinham chegado as produções da casa da moeda de Lisboa, que desprestigiavam a sua moeda de fino ouro e de rica prata, ordenou a 17 de Agosto de 1525 a abertura de novos cunhos. Desse trabalho ficou encarregue Diogo Álvares, ourives do infante D. Fernando seu irmão, que na altura já era abridor de cunhos e ensaiador da Moeda, razão pela qual viu o seu mantimento anual reforçado para 40.000 réis, com a obrigação de só produzir ferros de gravura bem feita, perdendo esse reforço se a moeda ficasse mal cunhada, por defeito nos cunhos novos. ²¹

Pouco depois, em 23 de Setembro, o monarca devolve ao tesoureiro da

19 Martim de Albuquerque, *Livro de Horas de Rouen*, Lisboa, Inapa, 1997, p. 28 e nota 37, citado por Graça Moura, ob. cit., p. 19 e nota 62.

20 António Miguel Trigueiros, «*As Moedas Também Falam*», em *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, Junho 1992, n.º 11, pp. 64-66, onde se comparam as duas encadernações e os registos documentais destes dois manuscritos, de 1852 e 1836, respectivamente.

21 Damião Peres, ob. cit., p. 68 (documento n.º 3).

Moeda os primeiros ensaios aprovados – 2 *portugueses*, 2 *cruzados* e 3 *tostões* –, para que sirvam de amostras para todas as moedas que doravante se cunhem. E logo em Junho de 1526, Diogo Álvares reúne os oficiais da Moeda na casa da balança e apresenta «*mil quatrocentos e cinquenta e tantos cruzados*», amoedados em *portugueses* e em *cruzados*, requerendo que sejam examinados e que, depois de verificada a perfeição do seu cunho e lavramento, ficasse registado que ele cumpriu com a sua obrigação e contrato para com o rei, e que daí para diante, se a moeda não saísse como aquela que agora mostrava, a culpa não seria sua.²²

Assim se trabalhou até Maio de 1537, quando surge a primeira proibição de amoedação de *portugueses* e de *tostões* (reforçando-se a proibição dos *meios tostões*), logo de seguida revogada, para permitir novas cunhagens desse ouro em pagamento a pessoas que emprestaram o metal (Setembro de 1537), ou para a prata amoedada em *tostões*, necessária para seguir na armada da Índia (Fevereiro de 1538).²³

A questão que estas proibições levantavam prendia-se com a reforma monetária decretada pelas cortes de Valladolid de 1537, em que se abandonou a cunhagem dos *excelentes de la granada* (de 375 maravedis) e alinhou-se a moeda de ouro espanhola peninsular pelo *escudo imperial* de Carlos V, de menor valor, peso e toque (916,6 mil; 3,38 g; 350 maravedis).

Esta quebra da moeda de ouro em Espanha prefigurava uma imensa fuga da boa moeda portuguesa para Castela, por troca pelo valor nominal da moeda enfraquecida do reino vizinho, obrigando a uma resposta imediata por parte de Portugal, configurada pela reforma de 1538.²⁴

A lei de 29 de Novembro de 1538 (só registada na casa da moeda em Fevereiro de 1539), dá início à série de desvalorizações monetárias que caracteriza a segunda metade do reinado de D. João III, originando a suspensão das moedas anteriores e a sua substituição por novos tipos monetários.

Pertencem a este segundo período todas as moedas de ouro e as grandes de prata de D. João III ilustradas na tarja do fólio 18v dos *Ofícios Pontifícios*.

3.º Período, 1539 a 1555: desvalorização monetária e novas moedas

A partir de finais de 1539 é então emitido um novo tipo monetário de prata, copiado das moedas espanholas, designado *real português*, de 40 réis, a que se seguirá em Março do ano seguinte o *real português dobrado*, de 80 réis, destinados a substituir na circulação os antigos tostões de 100 réis e seus

²² Idem, ibidem, p. 70 (documento n.º 5).

²³ Idem, ibidem, p. 74-77 (documentos n.º 10, 12 e 13).

²⁴ Veja-se Magalhães Godinho, ob. cit., vol. II, pp. 59-60.

meios, ostentando gravuras numismáticas bem diferentes. Na escala das denominações mais baixas manteve-se a cunhagem dos *vinténs* e seus *meios*, com as anteriores gravuras, restaurando-se a amoedação dos pequenos *cinquinhos* de 5 réis, que só desde então, 1539-40, é que foram cunhados com novas gravuras (monograma Y coroado, em vez de I).

No ouro, a redução do teor de ouro fino, de 989,6 para 942,6 milésimas na liga, originou também a mudança da gravura do reverso dos cruzados, que passa a ostentar a legenda invocatória «*In Hoc Signo Vincas*», orlando uma cruz grega pequena, solta no campo, por isso desde então designados como *cruzados de cruz pequena*.

Foi nesta mudança de toque da liga de ouro fino para ouro ligado com cobre, que a casa da moeda reparou que as novas moedas de ouro não mantinham a cor verdadeira do metal, nem o seu fabrico rendia como dantes, sendo necessário voltar a fundir e a recozer a liga para deixar de ficar quebradiça. Daqui resultava uma maior custo no seu fabrico, perdendo-se muito tempo ²⁵. Determinou-se então, em Julho de 1539, que a liga do ouro para amoedar passasse a ser feita com prata.

Uma nova redução no toque da liga do ouro, de 942,6 para 921,9 milésimas, decretada em Outubro de 1544 e registada na Moeda em Novembro, acompanhada por uma ligeira subida no peso do cruzado (de 3,548 para 3,56 g), obrigou a nova mudança da gravura numismática do reverso, substituindo-se a cruz simples pela cruz do monte calvário, a insígnia da Inquisição Portuguesa e por isso conhecidos como *cruzados calvário*.

Nenhuma dessas novas moedas, fabricadas desde finais de 1539 e em circulação desde meados de 1540, figuram no fólho 18v do códice Cadaval, um livro destinado à própria Inquisição. Nem mesmo as moedas de ouro com o seu emblema tão característico, só fabricadas e emitidas desde 1545.

Esta ausência, aliada à ilustração no frontispício, em grande evidência, das armas do Inquisidor-Mor D. Henrique, só nomeado em 1539, permitem-nos datar a feitura desse fólho iluminado com moedas entre 1539 e 1541, termo médio, cerca de 1540.

4.º Período, 1555 a 1557: sensível agravamento da desvalorização monetária e novas moedas

O último marco importante da história monetária deste reinado é a ordenação de 10 de Junho de 1555, que suspende o fabrico dos *cruzados calvário* (de 400 réis) e cria um novo sistema de moedas de ouro baseado nos *mil-réis* e seus meios, ornamentados com gravuras evocativas de São Vicente, o padroeiro de Lisboa. Na prata, regressa-se ao tradicional sistema baseado

25 Damião Peres, ob. cit., p. 81 (documento n.º 19).

no *tostão* (de 100 réis) e seus meios, mas desde então ostentando a cruz da Ordem de Avis no reverso.

Chegamos até aqui só para dizer que esses novos *São Vicentes* de ouro de 1555, juntamente com o enigmático e belo *escudo de São Tomé* de 1544 e outros *pardaus de ouro São Tomé* cunhados para a Índia, são as primeiras moedas portuguesas com gravuras de inspiração renascentista e expressão humanista, cujo desenho é da autoria de António de Hollanda, o mestre iluminador do *Livro de Horas de D. João III* e da *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*, podendo eventualmente também ter saído da sua oficina o códice dos *Ofícios Pontifícios*.

Ao iluminar esses códices quinhentistas com antigas moedas dos senhores reis de Portugal, António de Hollanda muito deve ter aprendido sobre a arte do desenho numismático, dos erros cometidos no passado e das novas inovações renascentistas, que ele e o seu filho Francisco iriam depois colocar ao serviço da moeda nova d'El-Rei D. João III e de D. Sebastião.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim (1990), *A Torre do Tombo e os seus Tesouros*, Lisboa, Inapa.
- AMARAL, C. M. Almeida do (1977), *Catálogo descritivo das moedas portuguesas (do) Museu Numismático Português*, Lisboa, INCM, tomo I.
- ARAGÃO, A. C. Teixeira de (1874), *Descrição Geral e Histórica das Moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo I.
- COUVREUR, Raúl da Costa (1960), «Cronologia das moedas de D. João III», em *ANAIIS* da Academia Portuguesa de História, III Série, vol. 10, Lisboa.
- CUNHA, Xavier da (1907) *Boletim das Bibliotecas e Archivos Nacionais*, VI (223), Lisboa, BN, 1907; VII (47), Lisboa, BN, 1908.
- FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes(1856), *Memória das moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos Romanos, até ao ano de 1856*, Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo I.
- FIGUEIREDO, José de (1932), *Catálogo e Guia de algumas obras de arte temporariamente agrupadas neste Museu, representativas de diversos aspectos artísticos derivados do descobrimento do caminho marítimo da Índia*, Lisboa, MNAA.

- FRIEDBERG, Arthur e Ira (2009), *Gold Coins of the World*, New Jersey, 7th ed..
- GAMBETTA, Agostinho Ferreira (1978), *História da Moeda*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, vol. I.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1981), *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa, 2.^a ed., Presença, Vol. I.
- GOMES, Alberto e TRIGUEIROS, António Miguel (1992), *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos, 1385-1580*, Lisboa, ed. Alberto Gomes.
- GOMES, Alberto (1996), *Moedas Portuguesas e do Território Português antes da Fundação da Nacionalidade*, Lisboa, ed. do autor.
- HEISS, Alóiss (1867), *Monedas Hispano-Cristianas*, Madrid, tomo II.
- LLOPIS, Filipe Mateu y (1953), «Las Acuñaciones de Oro de los Reyes Católicos en Valência, posteriores a 1492», em *NVMISMA*, III/7, Madrid, Siben.
- MARKL, Dagoberto (1983), *Livro de Horas de D. Manuel*, Lisboa, INCM.
- MOURA, Vasco Graça (1999), «Damião de Góis e o Livro de Horas dito de D. Manuel», separata de *ARTE IBÉRICA*, ano 3 / n.º 24, Lisboa, Maio 1999.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, Departamento de Numismática (2000), *Moedas Portuguesas da Época dos Descobrimentos na Coleção do Museu Histórico Nacional 1383 – 1583* / (Coordenação de Rejane Maria Lobo Vieira, textos introdutórios de Eliane Rose Vaz Cabral Nery, Norma Botelho Portugal, Rejane Maria Lobo Vieira, Vera Lúcia Lima e Vilma Faria Rodrigues d'Almeida). Rio de Janeiro, MHN.
- OCEANOS (1996), *A luz do mundo – Iluminura Portuguesa Quinhentista*, Lisboa, CNCDP, n.º 26 – Abril / Junho 1996.
- ORTIGÃO, José Duarte Ramalho (1895), *Exposição de Arte Sacra Ornamental promovida pela Comissão do centenário de Santo António em Lisboa no ano de 1895 / Catálogo da Sala de Sua Magestade El-Rei*, Lisboa.
- PEREIRA, Fernando A. Baptista (1984), «O Livro de Horas dito de D. Fernando», em *Agenda BPA para o ano de 1984*, Porto.
- PERES, Damião (1958), *História Monetária de D. João III*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- REIS, Pedro Batalha (1953), «O apreço em Portugal pelos excelentes dos Reis Católicos», em *NVMISMA*, III/7, Madrid, Siben.
- _____. *Preçário das moedas portuguesas de 1140 a 1960*, Porto, 2^a ed.
- SANTOS, Reynaldo dos (1964), «As Iluminuras da “Crónica de D. João I” de Fernão Lopes em Madrid», em *COLÓQUIO – Revista de Artes e Letras*, n.º 29, FCG, Lisboa.
- TRIGUEIROS, António Miguel (1983), *Moeda dos Descobrimentos, Prestígio de Portugal no Mundo*. Lisboa, ed. do autor.
- _____. (1984), *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento - Numismática e Medalhística*. Separata dos catálogos da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, ed. do autor.
- _____. (1984), «Moedas portuguesas de figuração renascentista», em *MOEDA*, IX/6, Dezembro 1984, Lisboa, Publinumus.
- _____. (1992), «As Moedas também falam. Do Livro de Horas de D. João III», em *OCEANOS*, n.º 11, Julho 1992, Lisboa, CNCDP.
- _____. (1996), «Moedas Iluminadas», em *OCEANOS*, n.º 26, Abril/Junho 1996, Lisboa, CNCDP.
- VASCONCELOS, José Leite de (1923), *Da Numismática em Portugal*, Lisboa, Arquivo da Universidade de Lisboa, tomo IX.



